

Superior Tribunal de Justiça

DESIIS no HABEAS CORPUS Nº 516.276 - SC (2019/0175126-5)

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**
REQUERENTE : ALCÉMIR BARBIERI
ADVOGADO : JUAREZ ANTONIO DE SOUZA - SC011677
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, impetrado em benefício de **ALCEMIR BARBIERI**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina**.

Depreende-se dos autos que o paciente foi pronunciado pela suposta tentativa de homicídio, por meio de disparos de arma de fogo, contra 5 vítimas (art. 121, § 2º, III e IV, do Código Penal).

Irresignada, a d. Defesa interpôs recurso em sentido perante o eg. Tribunal de origem, que, inicialmente, não foi conhecido (fls. 488-492 e 515-521). Ao fim, foi **negado provimento** ao recurso da d. Defesa (fls. 551-568):

"RECURSO EM SENTIDO ESTRITO – HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO, NA FORMA TENTADA (CP, ART. 121, § 2.º, III E IV, C/C ART. 14, II) – DECISÃO DE PRONÚNCIA – RECURSO DEFENSIVO. PRELIMINARES – NULIDADES – CERCEAMENTO DE DEFESA – NÃO OFERECIMENTO DAS ALEGAÇÕES FINAIS – ESTRATÉGIA ESCOLHIDA PELA DEFESA – DEFENSOR CONSTITUÍDO – EXEGESE DO ART. 565 DO CPP – PRECLUSÃO DE QUALQUER MATÉRIA REFERENTE A PRIMEIRA FASE DO JÚRI – AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA DEFESA QUANTO A NÃO LOCALIZAÇÃO DE TESTEMUNHA – MATÉRIA NÃO LEVANTADA NO MOMENTO OPORTUNO, QUAL SEJA, EM ALEGAÇÕES FINAIS – PREJUÍZO, ADEMAIS, NÃO DEMONSTRADO – NULIDADES NÃO VERIFICADAS – RECURSO NÃO CONHECIDO NO PONTO.

1 – Não há falar em nulidade pelo não oferecimento de alegações finais pela defesa quando verificado nos autos que

Superior Tribunal de Justiça

a parte foi intimada para tanto, manifestando-se no sentido de que nada tinha a se dizer no momento. Assim, por se tratar de estratégia da defesa não expor suas teses em alegações finais, não há nulidade a ser declarada.

2 – Nos processos da competência do Tribunal do Júri, eventuais nulidades ocorridas durante a instrução criminal deverão ser arguidas até o oferecimento das alegações finais (CPP, art. 571, I). Assim, passado o momento oportuno para o questionamento a respeito do teor da certidão lavrada pelo oficial de justiça – de não localização da testemunha –, opera-se a preclusão. [...]"

Neste **habeas corpus**, a d. Defesa se insurge apenas em relação à nulidade de suposto cerceamento de defesa por ausência de intimação de testemunha de defesa (procurador não intimado para apresentar o endereço) e pela não apresentação de alegações finais.

Requer, inclusive LIMINARMENTE, a concessão da ordem "independente de informações a serem prestadas pela autoridade coatora, concedendo a ordem para suspender a sessão do tribunal de júri que foi marcada para dia 27/06/2019, até julgamento final do presente Habeas Corpus, e no mérito, mantendo a decisão de liminar concedida e provendo o presente remédio heroico, devendo ser declarado como nulos os atos praticados durante a instrução processual onde não foram observados os princípios da Ampla Defesa e Contraditório, ao não intimar procurador habilitado sobre decisão do Juízo deprecante para informar novo endereço de uma testemunha primordial para defesa, como também reconhecida a falta de defesa técnica ante a inexistência das alegações finais em favor do acusado. Evidentes estão os dois elementos que ensejam a concessão de liminar em ordem de Habeas Corpus. O periculum in mora é cristalino já que caso não sejam sobrestada a sessão do tribunal do júri marcada para o dia 27/06/2019 e todo o teatro jurídico processual do júri poderá não ter qualquer efeito em se declarando a nulidade no mérito, já o fumus boni iuris está presente com a ausência da Ampla Defesa e do Contraditório, vez que não houve intimação para ouvir a testemunha principal da defesa e essa nulidade não foi atacada nas alegações finais justamente porque essa peça defensiva, principal num

Superior Tribunal de Justiça

cenário processual como é o Tribunal do júri, simplesmente foi passivamente negada pelo anterior defensor que cingiu-se em dizer na peça de alegações finais 'nada a alegar', demonstrando, com as vênias de estilo, que a justiça só irá imperar se ao ora paciente, for oportunizado o contraditório e a defesa em sua plenitude" (fl. 19).

Pedido liminar indeferido, às fls. 653-656. Informações, às fls. 660-738.

O d. Ministério Público Federal, às fls. 742-747, opinou pelo não conhecimento da impetração, nestes termos:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO (ART. 121, §2º, III E IV, DO CP). NULIDADE POR CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CONFIGURADA. FASE INDICIÁRIA. PRONÚNCIA. COMPETÊNCIA DO JÚRI. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA CAPAZ DE RECLAMAR A ATUAÇÃO DE OFÍCIO DESSA COLENTA CORTE. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DO HABEAS CORPUS."

Petição da d. Defesa, informado a absolvição do paciente (fls. 751-754).

É o relatório. **Decido.**

Segundo informações prestadas, o quadro fático apresentado neste **writ** teve drástica mudança pelo proferimento de decisão superveniente, nestes termos (fl. 751): *"tendo em vista ter ocorrido a Sessão do tribunal do Juri e com resultado de absolvição do paciente, requer a desistência do presente recurso ante a evidente perda do objeto"*.

Ante o exposto, julgo **prejudicado** o presente **habeas corpus**, em razão da perda superveniente do objeto (art. 209 do RISTJ).

P. I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 30 de setembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

